



Fronteiras: Revista Catarinense de
História

ISSN: 1415-8701

samira.moretto@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul
Brasil

Romeo, Carlo

A Resistência italiana no Alto Ádige e a questão sul-tirolesa.

Fronteiras: Revista Catarinense de História, núm. 26, 2015, pp. 218-220

Universidade Federal da Fronteira Sul

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071483013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TRADUÇÃO:

A Resistência italiana no Alto Ádige e a questão sul-tirolesa.

Carlo Romeo¹

A ligação entre “Resistência e Autonomia”, conforme o título deste Dia da Autonomia, poderia ser explorada em diversos aspectos. O mais evidente consiste no fato de que a Resistência esteve na base do nascimento da República Italiana e da sua Constituição, na qual foi estabelecido o princípio da tutela das “minorias linguísticas” (Art. 6), das autonomias locais e do descentramento (Art. 5). Na mesma Constituição foi ancorado o primeiro Estatuto da Autonomia, que traduzia – embora de modo ainda insatisfatória – os compromissos derivados do Acordo de Paris e que hoje compreende a sua nova elaboração, isto é, o segundo Estatuto da Autonomia de 1972. Sob outro aspecto, poder-se-ia falar da presença dentro da Resistência italiana de componentes que visavam, mesmo encontrando muitos obstáculos, um novo ordenamento regionalista: o federalismo preconizado sobretudo pelo Partido de Ação e o princípio de subsidiariedade, vivo na cultura católico-democrática. Seguindo um outro caminho, considerando a dimensão europeia em que se colocou o Acordo de Paris como solução negociada e regulada de um conflito étnico, o tema “Resistência e Autonomia” pode também evocar o contexto antifascista em que nasceu o *Manifesto de Ventotene*, escrito por Altiero Spinelli e outros presos nos primeiros anos da década de 40. O sonho deles, em face da catástrofe à qual tinham levado os fascismos e nacionalismos, era o de uma nova Europa federalista, que devia nascer da luta comum das várias Resistências no continente. Hoje, eu gostaria de seguir um caminho menos abstrato, mais próximo de nós, e fazer referência a um episódio histórico, que pode parecer um detalhe no âmbito da história militar e institucional, mas que tem um extraordinário valor político e moral. Mas, antes, duas palavras sobre o contexto.

Durante a ocupação nazista, o grupo italiano no Alto Ádige foi vítima de um forte sentimento de isolamento e de ameaça étnica. Dentro de uma atitude geral de cauteloso “aguardismo”, o tema da defesa da fronteira de Brennero foi obviamente o que prevaleceu. Desenvolveu-se também um movimento fascista clandestino que buscou retomar contato com o fascismo da República de Salò. A Resistência italiana, como a alemã, foi um fenômeno minoritário mas projetado com vistas a cenários totalmente novos. O caminho escolhido pelos círculos da Resistência foi o de reagir ao isolamento, juntando-se aos centros mais próximos do movimento de resistência (*partigiano*): Trento, Belluno, Verona, Pádua, Milão. Entre as suas esteiras, compostas de homens e mulheres, se encontra uma variedade de posições ideológicas, de componentes sociais e culturais que refletia também o quadro heterogêneo, e podemos dizer fragmentado do grupo italiano na província. Havia um forte componente comunista e socialista, representado, por um lado, por intelectuais de extração burguesa e, por outro, por células operárias sobretudo da zona industrial de Bolzano (em estreito contato com os grupos operários de Milão e Turim). Também havia um componente mais liberal e do partido de ação, representado por intelectuais, empreendedores, profissionais liberais. Finalmente, havia um componente católico, com padres e leigos que recorriam não somente à tradição do partido popular, mas também às instâncias da recém-nascida Democracia Cristã.

Para agir como centro de coordenação, no início de 1944 formou-se o Comitê de Liberação Nacional (CLN) de Bolzano. O seu fundador e presidente era Manlio Longon, diretor administrativo do estabelecimento Magnésio e representante do Partido de Ação. O contexto

¹ Associação Nacional dos Partisans da Itália (*Associazione Nazionale Partigiani d'Italia*). Colóquio - Resistência e Autonomia, em ocasião do Dia da Autonomia. Castel Tirolo – Sábado, 5 de setembro de 2015. Email: carloromeo@alice.it

territorial excluía o surgimento de formações armadas na província, e por isso muitas foram criadas no Trento e Belluno. O CNL de Bolzano abrigou e colaborou com algumas missões aliadas, distribuiu materiais de propaganda, ajudou de todo modo os internos do Campo de trânsito de Bolzano (organizando até mesmo fugas), projetou ações militares, como sabotagens. Um desses projetos foi descoberto e com ele a inteira rede do CLN. Em dezembro de 1944, quase todos os seus membros foram presos, torturados e alguns deles mortos, entre os quais o próprio Longon. Antes que isso acontecesse, entre setembro e outubro de 1944, graças a conhecidos comuns no âmbito dos empreendedores da Zona industrial de Bolzano, Manlio Longon travou contato com Erich Amonn. Este, que seria um dos fundadores e primeiro presidente da SVP, além de ser um expoente de relevo do mundo econômico sul-tirolês, era também uma das personalidades mais conhecidas dos *Dableiber*. Dos encontros entre Amonn e Longon participarão alguns representantes do CLN local e em uma ocasião também Enrico Serra, convidado de Milão a Bolzano por Ferruccio Parri, por conta do Comitê Nacional de Liberação Alta Itália. As conversas foram três e foram interrompidas pela prisão de Longon e de quase todo o CLN de Bolzano no início de dezembro de 1944. Pouco depois, como já foi dito, Longon seria morto nos porões do Corpo de Exército de Bolzano, sede do Comando das SS. Nessas conversas, escreve Serra em um memorial clandestino, se lançaram “as bases para uma colaboração antinazifascista e se entrou em acordo sobre todas as questões locais. A questão das fronteiras não foi, naturalmente, tratada”. Obviamente os representantes dos dois grupos linguísticos tinham aspirações nacionais contrastantes e, quanto ao mais, eram conscientes de que tal questão, no fim da guerra, seria decidida em nível internacional. Mas quais eram as posições do CLN de Longon quanto aos desenvolvimentos futuros da província? Entre os documentos do CLN clandestino que nos chegaram, pouquíssimos são os de conteúdo político. De extrema importância, contudo, é um memorial que o CLN de Bolzano consegue fazer chegar ao Ministério do Exterior em Roma. Não tem data, mas é anterior a 16 de novembro de 1944. Corresponde, portanto, ao período em que se dão as conversas entre Longon e Amonn. Este memorial, escrito certamente pelo próprio Longon, começa sublinhando os erros cometidos pelo fascismo antes e durante as opções. Essas últimas são definidas como o fruto da “cumplicidade fascista” por causa da atitude indiferente tida pelas autoridades relativamente à propaganda nazista. Ademais, o memorial fala da ocupação nazista no Alto Ádige, enfatizando que entre as suas vítimas há também sul-tirolezes. Finalmente, resume a posição política no interior do CLN local: “Todos defendem o retorno do Alto Ádige à Itália, com a concessão de muitas liberalidades e autonomias administrativas à população do Alto Ádige, [...] larga autonomia administrativa e cultural no complexo do Estado italiano”. Pede-se, em seguida, que se imprimam e distribuam 500.000 cópias (com arremessos por aviões sobre todo o território da província de Bolzano) de um panfleto bilíngue que convide toda a população à luta. E também aqui há várias passagens de significado político: “O fim desta guerra assinalará o fim da opressão nazifascista. Ninguém será mais obrigado a esquecer a língua mãe, a deixar a sua terra, e todos poderão viver segundo os seus usos e costumes, professando livremente a religião dos seus pais. Acabará a imposição de chefes políticos e administrativos estranhos à região”. E assim por diante.

Recapitulando: revisão das opções, restabelecimento da língua alemã, autonomia. As posições do pequeno e desafortunado CLN de Bolzano coincidem fundamentalmente com o espírito do acordo De Gasperi-Gruber, a *Magna Charta* da autonomia em que vivemos.

Com o fim da guerra na Europa, desce a cortina da “guerra fria”; em nossa província, a cortina de uma espécie de “guerra fria étnica”. A questão das fronteiras, nas mãos dos Aliados, mobilizou os grupos étnicos como frentes contrapostas. Uma das consequências foi remover o confronto com o seu passado recente e afastar o momento da sua elaboração. Cada grupo atribuiu para si o papel de “vítima”, acusando o outro de “algoz”. E isto foi também um dos motivos por que as duas Resistências, a italiana e a alemã, não se encontrarão no pós-guerra.

Exatamente por isso, hoje, aquelas longínquas conversas secretas, aqueles apertos de mão entre Longon e Amonn assumem uma espécie de valor de um testamento político e moral. Disto era consciente também Hans Egarter, comandante de Andreas Hofer-Bund, quando

aceitou celebrar a liberação juntamente com os resistentes italianos, com um artigo no jornal “Il Nuovo Ponte”, de 25 de abril de 1947.

O acordo de Paris fora firmado no ano anterior. Passara a batalha pela autodeterminação, na qual o próprio Egarter se tinha empenhado com afinco até o fim. O cenário agora era a autonomia, dentro da qual se devia defender a sua identidade linguística e cultural em uma necessária convivência com outros grupos. O primeiro passo, escrevia Egarter, era o de reconhecer-se reciprocamente, exatamente em nome do antifascismo e do antinazismo: “A vossa luta foi contra o fascismo, como por 20 anos a nossa. A vossa luta foi contra o nazismo, como a nossa. Rechaçamos toda ditadura de qualquer forma. [...] O primeiro passo está no reconhecimento recíproco dos sacrifícios realizados”.

Palavras que não perderam atualidade.

Recebido em outubro de 2015.

Tradução: Fernando Coelho